

**CONCURSO PÚBLICO PARA  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO  
Edital nº 337/2019**

**Cargo: Administrador**

**NÍVEL: E**

**Código: 101**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 18.2**

1. Verifique se recebeu o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas**.
2. Confira se o **Caderno de Questões** é referente ao cargo ao qual está concorrendo. Verifique se constam deste **Caderno**, de forma legível, 65 (sessenta e cinco) questões objetivas, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Será eliminado do Concurso o candidato que realizar prova para um cargo diferente do qual concorre.
3. Verifique se seus dados conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Leia atentamente as instruções contidas neles.
4. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
5. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á pontuação zero a toda questão sem opção assinalada ou com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
6. Sob pena de eliminação do Concurso, não faça qualquer registro que possa identificá-lo. Da mesma forma não é permitido que você faça uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou porte qualquer dispositivo eletrônico, inclusive telefone celular, que sirva de consulta ou de comunicação.
7. O tempo para realização da Prova Objetiva é de no mínimo **uma hora e trinta minutos** e no máximo **quatro horas**. Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões**, faltando, no máximo, uma hora para o término da prova.
8. Para preencher o **Cartão de Respostas**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
9. Ao término da prova, entregue ao Fiscal o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas** assinado. A não entrega do **Cartão de Respostas**, implicará na sua eliminação do Concurso.

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO  
QUADRO “EXAME GRAFOTÉCNICO”**

**Sorte é o que acontece quando a preparação encontra a oportunidade.**

**Sêneca**



## Parte I: Língua Portuguesa

### Texto 1

#### O escritor-funcionário Marco Antonio Rodrigues

“O birô marcou-me”.  
(Cyro dos Anjos, *A menina do sobrado*)

- Fosse definida não pelo que a constitui, mas pelo que a contradiz, a literatura seria uma forma de oposto, de negação à burocracia. Nos termos de Antonio Candido (1987, p.163), a criação literária tem como condição necessária uma carga de liberdade extraordinária, que transcende as nossas servidões. Por que andam tão juntas, então, a literatura e a servidão burocrática? Talvez por uma negar a outra e por se afirmarem mutuamente, por contraste. Ou então por a criação ficcional estar muitas vezes associada à experiência de vida dos criadores, experiência esta frequentemente vinculada ao trabalho burocrático nas repartições públicas.
- “Estou farto do lirismo comedido/ do lirismo bem comportado/ Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestações de apreço ao Sr. diretor”, sintetiza Manuel Bandeira, em sua famosa “Poética”. O “lirismo funcionário público”, que normatiza, formata e conforma a experiência, é o que o poeta recusa e achincha. A este se opõe “o lirismo dos loucos/ O lirismo dos bêbedos/ O lirismo difícil e pungente dos bêbedos/ O lirismo dos clowns de Shakespeare”. E, no entanto, quantos de nossos poetas e prosadores não teriam concebido e rematado suas obras nos *bureaus* de alguma repartição pública, escrevendo no verso de papel timbrado? (...)
- No caso específico do Brasil, o vínculo dos escritores com o serviço público foi tão evidente, a ponto de motivar um de seus mais ilustres representantes, Carlos Drummond de Andrade, a qualificar a literatura brasileira como uma “literatura de funcionários públicos” (ANDRADE, 1952, p. 113). Na crônica de nome sugestivo – “A rotina e a quimera” – Drummond discute a má fama do literato-funcionário, que desperdiçava o tempo reservado aos interesses da nação no trato de “quimeras pessoais”, e o status dessa figura no contexto da sociedade brasileira. O atrativo da condição funcionária estaria na mediania socioeconômica que o literato encontra no serviço público e que lhe possibilita exercer, sem grandes percalços, a sua necessidade criadora. Protegido pela organização burocrática, encontraria espaço para criar e retribuir à sociedade com a sua criação. Em defesa desses argumentos, Drummond apresenta uma extensa lista de

- 50 literatos-funcionários, muitos dos quais de lembrança hoje obscura, outros bem mais conhecidos, como Gonçalves Dias, Raul Pompéia, José Veríssimo, Aluizio Azevedo, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Gonzaga Duque e Lima Barreto. A lista exemplificaria, ainda que de improviso, o que as letras nacionais devem à burocracia, e como esta se engrandece com aquelas. (ANDRADE, 1952, p. 113 – 114)

Fonte: Rodrigues, Marco Antonio. *Contos da vida burocrática: o funcionário público na narrativa curta de ficção brasileira*. 2015. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. p.31-32 Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22054/1/2015\\_MarcoAntonioRodrigues.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22054/1/2015_MarcoAntonioRodrigues.pdf). Acesso em: 29 fev. 2020.

01 Em relação ao título do texto – “O escritor-funcionário” – é certo dizer que

- (A) “escritor” determina “funcionário”.
- (B) “funcionário” atribui uma característica a “escritor”.
- (C) “escritor” e “funcionário” são qualificados pelo artigo.
- (D) “funcionário” torna impreciso o sentido de “escritor”.
- (E) “escritor” delimita o alcance semântico de “funcionário”.

02 *Birô*, aportuguesamento da forma francesa *bureau*, significa, dentre outras possibilidades, *escrivania*, ou, por extensão, o *espaço ocupado por um funcionário em uma repartição ou escritório*, ou ainda a própria *repartição*. A epígrafe “O birô marcou-me”, atribuída a Cyro do Anjos, se refere especificamente à seguinte ideia contida no texto:

- (A) “Estou farto do lirismo comedido/ Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestações de apreço ao Sr. diretor...” (linhas 15-18)
- (B) “Fosse definida não pelo que a constitui, mas pelo que a contradiz, a literatura seria uma forma de oposto, de negação à burocracia.” (linhas 1-3)
- (C) “...a criação ficcional estar muitas vezes associada à experiência de vida dos criadores, experiência esta frequentemente vinculada ao trabalho burocrático nas repartições públicas.” (linhas 10-14)
- (D) “Drummond discute a má fama do literato-funcionário, que desperdiçava o tempo reservado aos interesses da nação no trato de ‘quimeras pessoais...’” (linhas 37-40)
- (E) “A lista exemplificaria, ainda que de improviso, o que as letras nacionais devem à burocracia, e como esta se engrandece com aquelas.” (linhas 55-58)

**03** O conectivo sublinhado em “Fosse definida não pelo que a constitui, mas pelo que a contradiz, a literatura seria uma forma de oposto, de negação à burocracia.” (linhas 1-3), veicula ideia de

- (A) retificação.
- (B) contradição.
- (C) proporcionalidade.
- (D) consecução.
- (E) concessão.

**04** “Nos termos de Antonio Candido (1987, p.163), a criação literária tem como condição necessária uma carga de liberdade extraordinária, que transcende as nossas servidões.” (linhas 3-7)

O pronome relativo, acima sublinhado, é uma forma gramatical coesiva que se refere, no enunciado em questão, à seguinte expressão:

- (A) a criação literária.
- (B) condição necessária.
- (C) as nossas servidões.
- (D) os termos de Antonio Cândido.
- (E) uma carga de liberdade extraordinária.

**05** No segundo parágrafo, exemplifica-se a citação, que é um dos recursos textuais característicos

- (A) do ato injuntivo.
- (B) do discurso interlocutivo.
- (C) da função metalinguística.
- (D) da heterogeneidade enunciativa.
- (E) da situação comunicativa.

**06** “No caso específico do Brasil, o vínculo dos escritores com o serviço público foi tão evidente, a ponto de motivar um de seus mais ilustres representantes, Carlos Drummond de Andrade, a qualificar a literatura brasileira como uma ‘literatura de funcionários públicos’”. (linhas 30-35)

O par correlativo “tão... a ponto de” configura uma relação semântica

- (A) superlativa.
- (B) aditiva.
- (C) consecutiva.
- (D) proporcional.
- (E) alternativa.

**07** Na crônica de nome sugestivo – “A rotina e a quimera” – Drummond discute a má fama do literato-funcionário, que desperdiçava o tempo reservado aos interesses da nação no trato de “quimeras pessoais”, e o *status* dessa figura no contexto da sociedade brasileira. (linhas 36-41)

No título da crônica citada, “rotina” e “quimera” remetem, respectivamente,

- (A) à organização burocrática do serviço público e à transcendência literária.
- (B) ao lirismo comedido e ao lirismo difícil e pungente dos bêbedos.
- (C) ao atrativo da condição funcionária e ao lirismo dos loucos.
- (D) à formatação da experiência e à lembrança obscura de literatos.
- (E) à literatura de funcionários públicos e à má fama do literato-funcionário.

Texto 2

### A rotina e a quimera

Carlos Drummond de Andrade (1948)

Sempre se falou mal de funcionários, inclusive dos que passam a hora do expediente escrevendo literatura. Não sei se esse tipo de burocrata-escritor existe ainda. A racionalização do serviço público, ou o esforço por essa racionalização, trouxe modificações sensíveis ao ambiente de nossas repartições, e é de crer que as vocações literárias manifestadas à sombra de processos se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho. Sem embargo, não se terão estiolado de todo, tão forte é, no escritor, a necessidade de exprimir-se, dentro ou fora da rotina que lhe é imposta. Se não escrever no espaço de tempo destinado à produção de ofícios, escreverá na hora do sono ou da comida, escreverá debaixo do chuveiro, na fila, ao sol, escreverá até sem papel – no interior do próprio cérebro, como poetas prisioneiros da última guerra, que voltaram ao soneto como uma forma que por si mesma grava na memória.

O certo é que um e outro são inseparáveis, ou antes, este determina aquele. O emprego do Estado concede com que viver de ordinário sem folga, e essa é condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectiva de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome e nem o fausto: sente o peso dos

regulamentos, que lhe compete observar ou fazer observar; o papel barra-lhe a vista dos objetos naturais, como uma cortina parda. É então que intervém a imaginação criadora, para fazer desse papel precisamente o veículo de fuga, sorte de tapete mágico, em que o funcionário embarca, arrebatando consigo a doce ou amarga invenção, que irá maravilhar outros indivíduos, igualmente prisioneiros de outras rotinas, por este vasto mundo de obrigações não escolhidas.

Disponível em: <https://sibila.com.br/critica/a-rotina-e-a-quimera-quase-toda-literatura-brasileira-e-literatura-de-funcionarios-publicos/10677>. Acesso em: 29 fev. 2020.  
Fragmento.

**08** Carlos Drummond de Andrade, um dos maiores nomes da Literatura Brasileira, explica, no fragmento em tela, o motivo pelo qual o burocrata-escritor passa “a hora do expediente escrevendo literatura”:

- (A) “que voltaram ao soneto como uma forma que por si mesma grava na memória”. (linhas 19-21)
- (B) “as vocações literárias manifestadas à sombra de processos se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho”. (linhas 8-10)
- (C) “O emprego do Estado concede com que viver de ordinário sem folga”. (linhas 24-25)
- (D) “tão forte é, no escritor, a necessidade de exprimir-se, dentro ou fora da rotina que lhe é imposta”. (linhas 11-14)
- (E) “Não sei se esse tipo de burocrata-escritor existe ainda.” (linhas 3-4)

**09** “O certo é que um e outro são inseparáveis, ou antes, este determina aquele.” Os termos sublinhados se referem, respectivamente, a:

- (A) Rotina, quimera, rotina, quimera.
- (B) Serviço público, quimera, quimera, serviço público.
- (C) Serviço público, escritor, burocrata, serviço público.
- (D) Rotina, quimera, escritor, burocrata.
- (E) Burocrata, escritor, escritor, burocrata.

**10** “...é de crer que as vocações literárias manifestadas à sombra de processos se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho.” (linhas 7-10) O plural da forma do verbo haver sublinhada se justifica por

- (A) ter sido flexionada no subjuntivo.
- (B) ser auxiliar na locução “hajam ressentido”.
- (C) concordar com o sujeito “processos”.
- (D) substituir “existir” em textos formais.
- (E) estar empregado em uma oração subordinada.

**11** “Sem embargo, não se terão estiolado de todo...” O conector sublinhado tem o mesmo sentido de

- (A) com certeza.
- (B) outrossim.
- (C) porquanto.
- (D) apesar disso.
- (E) tão somente.

Leia a explicação e o excerto a seguir para responder às questões **12 a 15**.

No OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 2/2019/CGCAR ASSES/CGCAR/DESEN/SGP/SEDGG-ME\*, expedido pelo Ministério da Economia, em 18 de junho de 2019, aos Dirigentes de Gestão de Pessoas dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, acerca da Uniformização de entendimentos acerca de comprovação de titulação para o pagamento da Gratificação de Incentivo à Qualificação ou Retribuição por Titulação, lê-se o seguinte no corpo do texto:

Senhores Dirigentes,

1. Com o objetivo de informar entendimento no âmbito desta Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), especificamente acerca da comprovação de titulação para fins de recebimento de Incentivo à Qualificação ou Retribuição por Titulação, comunico, para ampla divulgação, o teor do novo Parecer nº 00001/2019/CPASP/CGU/AGU, de 27 de fevereiro de 2019, proferido pela Comissão Permanente de Assuntos de Servidor Público da Consultoria-Geral da União (CPASP/CGU).
2. No referido Parecer, aprovado pelo Consultor-Geral da União, por meio do Despacho nº 00351/2019/GAB/CGU/AGU, e pelo Advogado-Geral da União, por meio do Despacho nº 00351/2019/GAB/CGU/AGU, concluiu-se que “o atendimento a todos os requisitos exigidos no procedimento de titulação e aos pressupostos

legais de funcionamento regular do curso, atestado pelos órgãos competentes, qualifica o servidor para requerer o pagamento da gratificação de incentivo à qualificação/retribuição por titulação por comprovante provisório equivalente (ex: certidão ou ata de defesa de banca de pós-graduação, da qual conste não haver mais pendências para aquisição do título)".

3. Nesse sentido, este órgão central do SIPEC passa a adotar os seguintes entendimentos acerca do pagamento de Incentivo à Qualificação e Retribuição por Titulação:

a) a apresentação de documento formal expedido pela instituição de ensino responsável que declare expressamente a conclusão efetiva de curso reconhecido pelo MEC, a aprovação do interessado e a inexistência de qualquer pendência para a aquisição da titulação, qualifica o servidor para requerer o pagamento de Incentivo à Qualificação ou de Retribuição por Titulação;

b) a fim de resguardar a Administração Pública, deverá ser apresentado, juntamente ao requerimento para pagamento dessa gratificação, comprovante de início de expedição e registro do respectivo certificado ou diploma; e

c) o termo inicial de pagamento das gratificações por titulação se dará a partir da data de apresentação do respectivo requerimento, desde que sejam atendidas todas as condições Ofício Circular 2 (2588866) SEI 00407.009994/2017-11 / pg. 1 exigidas.

4. A partir desta data, ficam revogadas as disposições da Nota Técnica nº 24195/2018-MP, de 23 de outubro de 2018, e do Ofício-Circular nº 818/2016-MP, de 9 de dezembro de 2016.

\* Disponível em: <https://dafdc.ufsc.br/files/2019/07/Of%C3%ADcio-.Circular-SEI-n%C2%BA-2-2019.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

12 Em relação ao texto desse Ofício, é correto afirmar que as expressões “no referido parecer” e “nesse sentido”, que iniciam os parágrafos 2 e 3, são

- (A) anafóricas e proporcionam a coesão desses parágrafos com, respectivamente, a introdução e o desenvolvimento do ofício.
- (B) remissivas e indicam, ambas, a paráfrase do conteúdo do Parecer que é, especificamente, tema do ofício em tela.
- (C) dêiticas e introduzem, progressivamente, o encaminhamento de documentos específicos por meio do ofício.
- (D) conectoras e organizam, detalhadamente, o comentário a respeito do documento encaminhado pelo ofício.

(E) prospectivas e iniciam, antecipadamente, a conclusão sobre a posição do enunciador sobre o assunto do ofício.

13 O uso das aspas no 2º parágrafo se justifica por indicar

- (A) discurso indireto.
- (B) plágio.
- (C) citação.
- (D) paródia.
- (E) reelaboração.

14 Em “o termo inicial de pagamento das gratificações por titulação se dará a partir da data de apresentação do respectivo requerimento, desde que sejam atendidas todas as condições Ofício Circular 2 (2588866) SEI 00407.009994/2017-11 / pg. 1 exigidas”, a expressão sublinhada indica:

- (A) Tempo
- (B) Condição
- (C) Conclusão
- (D) Causa
- (E) Finalidade

15 Em “Nesse sentido, este órgão central do SIPEC...” (parágrafo 3), a opção pelo pronomes demonstrativo se deve ao fato de “este”

- (A) referir-se à segunda pessoa do discurso.
- (B) apontar para o âmbito do enunciado anterior.
- (C) ser elemento anafórico.
- (D) configurar uma catáfora.
- (E) apresentar-se como dêitico.

## Parte II: Noções Básicas de Administração Pública

16 Segundo a Lei nº 8.112/90, a idade mínima para investidura em cargo público é:

- (A) 18 (dezoito) anos de idade.
- (B) 21 (vinte e um) anos de idade.
- (C) 24 (vinte e quatro) anos de idade.
- (D) 25 (vinte e cinco) anos de idade.
- (E) 30 (trinta) anos de idade.

17 Com relação à POSSE do servidor público federal em cargo de provimento efetivo, é correto afirmar que a POSSE

- (A) é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público.
- (B) ocorrerá no prazo de 15 dias, contados da publicação do ato de provimento.
- (C) não tem prazo para ocorrer.
- (D) não depende de prévia inspeção médica oficial.
- (E) poderá dar-se mediante procuração específica.

18 De acordo com o Estatuto do Servidor Público Federal (Lei nº 8.112/90), o servidor que praticar ato de improbidade administrativa sofrerá a penalidade disciplinar de

- (A) advertência.
- (B) suspensão.
- (C) multa.
- (D) demissão.
- (E) destituição de função comissionada.

19 A responsabilidade administrativa do servidor público federal será afastada no caso de absolvição criminal

- (A) por crime de homicídio.
- (B) por crime de estupro.
- (C) por crime de injúria.
- (D) que tenha se baseado na falta de provas.
- (E) que negue a existência do fato ou sua autoria.

20 A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor público federal que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. Nesse contexto, a AJUDA DE CUSTO tem natureza de:

- (A) Adicional
- (B) Indenização
- (C) Gratificação
- (D) 13º salário
- (E) Taxa judiciária

21 O funcionário público que se apropria de dinheiro público de que tem a posse em razão do cargo, comete crime de

- (A) roubo.
- (B) estupro.
- (C) peculato.
- (D) homicídio.
- (E) abandono de função.

22 Segundo disposição expressa da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), a conduta de frustrar a licitude de concurso público constitui ato de improbidade administrativa que

- (A) causa prejuízo ao erário.
- (B) importa enriquecimento ilícito.
- (C) atenta contra os princípios da administração pública.
- (D) decorre de concessão devida de benefícios tributários.
- (E) não merece nenhuma punição.

23 A acumulação remunerada de cargos públicos é proibida pela Constituição Federal. No entanto, se observados a compatibilidade de horários e o teto constitucional de remuneração, a própria Carta Magna prevê exceções, como, por exemplo, a possibilidade de acumulação de

- (A) três cargos de professor.
- (B) dois cargos de professor.
- (C) um cargo de professor com dois cargos de fiscal de tributos.
- (D) um cargo de profissional de saúde com dois cargos de fiscal de tributos.
- (E) dois cargos de profissionais de saúde com um cargo de professor.

**24** A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Com relação ao voto, é correto que dizer que ele

- (A) possui valor igual para todos.
- (B) obedece ao sufrágio censitário.
- (C) é proibido aos maiores de 70 anos de idade.
- (D) é obrigatório às pessoas com 16 anos de idade.
- (E) só pode ser exercido pelos maiores de 35 anos de idade.

**25** São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Porém, o servidor público estável perderá o cargo se condenado em

- (A) processo judicial, com sentença judicial transitada em julgado.
- (B) processo judicial em que ainda caiba recurso.
- (C) processo administrativo, no qual normalmente não cabe contraditório e ampla defesa.
- (D) processo administrativo por dívida tributária.
- (E) primeira instância, na avaliação especial de desempenho, sem a necessidade de advogado.

**26** Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- (A) Terão prioridade na tramitação os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa entre 40 e 50 anos de idade.
- (B) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (C) Os atos administrativos que decidam recursos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- (D) A administração não pode anular seus próprios atos, mesmo quando eivados de vício de legalidade.
- (E) O recurso administrativo será conhecido e julgado, ainda que interposto fora do prazo.

**27** A ética pode incidir para alterar as regras morais enraizadas na sociedade através da avaliação que faz de valores morais até então estabelecidos. Por exemplo, a escravidão, que há alguns anos era moralmente aceita, hoje, com louvor, já não mais o é. Isto demonstra como a crítica e a reflexão éticas auxiliam a(o)

- (A) exclusão das palavras em latim do vocabulário cotidiano.
- (B) elaboração de leis a favor do servidor público.
- (C) criação de crimes com penas mais elevadas.
- (D) redução do estudo dos direitos humanos.
- (E) desenvolvimento moral da sociedade.

**28** O princípio expresso da Administração pública que objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica, é o princípio da(o)

- (A) jurisprudência.
- (B) impessoalidade.
- (C) modicidade.
- (D) publicidade.
- (E) insegurança jurídica.

**29** Analise os seguintes itens:

- I A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- II O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- III A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.



Tendo em vista o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é correto dizer que os itens acima são:

**Espaço reservado para rascunho**

- (A) Sanções civis aplicáveis aos servidores.
- (B) Atos de improbidade administrativa.
- (C) Contravenções penais.
- (D) Regras deontológicas.
- (E) Direitos do servidor.

**30** Uma situação proibida ao servidor público federal pelo seu Código de Ética, é

- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para bem servir os administrados.
- (B) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência do Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
- (C) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.
- (D) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (E) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

### Parte III: Conhecimentos Específicos

**31** A administração de materiais envolve diversos processo que vão além das atividades internas da empresa. As tarefas deste tipo de gestão **NÃO** incluem

- (A) identificação de fornecedores.
- (B) seleção de fornecedores.
- (C) análise da demanda.
- (D) encaminhamento de pedidos.
- (E) pagamento a fornecedores gerais.

**32** A administração de materiais tem como função principal controlar

- (A) todas as atividades materiais.
- (B) as atividades financeiras.
- (C) os materiais utilizados em sua produção e o patrimônio da empresa.
- (D) os materiais fisicamente expostos à disposição da empresa, sem levar em consideração seus estoques.
- (E) os materiais tão somente pelos recursos da informática.

**33** A visão de Fayol sobre as funções básicas da empresa, hoje está ultrapassada. As funções contábeis estão subordinadas às funções

- (A) administrativas.
- (B) gerenciais.
- (C) generalistas.
- (D) financeiras.
- (E) especialistas.

**34** A abordagem humanística da teoria organizacional teve início com a experiência de

- (A) hawthorne.
- (B) justin-time.
- (C) todos por um e um por todos.
- (D) julgar a máquina mais importante que o homem.
- (E) julgar o homem mais importante que a máquina.

**35** A abordagem contingencial da administração, trata

- (A) da junção da produção com a administração para obter lucros.
- (B) do processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos.

(C) do processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar lucros.

(D) do processo que só visa o planejamento.

(E) do processo que só visa o lucro.

**36** A administração da produção se utiliza de muitos recursos para chegar a uma atividade coordenada, pois são as pessoas que lidam com todo o processo produtivo. Segundo Chiavenato, a administração da produção

(A) é um conjunto de atividades que permite a conversão de um bem para outro bem.

(B) não necessita de recursos e competências para que os resultados gerados sejam plausíveis.

(C) é uma ferramenta administrativa sem a qual se torna impossível alcançar a eficiência.

(D) é a forma única utilizada para alcançar a eficácia.

(E) é a forma científica para que a organização maximize seus lucros.

**37** A área que cuida de todos os estudos e pesquisas sobre a criação, adaptação, melhorias e aprimoramento dos produtos e/ ou serviços é conhecida como

(A) desenvolvimento da qualidade.

(B) desenvolvimento da eficácia.

(C) desenvolvimento da eficiência.

(D) desenvolvimento de produtos e serviços.

(E) desenvolvimento da logística.

**38** Todo produto possui um ciclo de vida, passando por várias etapas. Uma das opções abaixo possui uma fase não considerada no ciclo de vida do produto:

(A) Introdução

(B) Crescimento

(C) Maturidade

(D) Declínio

(E) Fortalecimento

**39** Em uma indústria de roupas os funcionários trabalharam 360 horas para produzir um lote com 132 peças, das quais 52 ficaram defeituosas. Essas peças são vendidas por R\$ 90,00 cada. As outras 80 peças são vendidas por R\$ 200,00 cada.

O valor da relação da produtividade da mão-de-obra nesse processo de fabricação será

- (A) R\$ 77,50
- (B) R\$ 67,00
- (C) R\$ 45,44
- (D) R\$ 57,44
- (E) R\$ 44,44

**40** Um dos objetivos do Planejamento e Controle da Produção – PCP é

- (A) produzir mais para lucrar mais.
- (B) assegurar que a utilização da capacidade esteja se coadunando com demanda prevista em todos os momentos.
- (C) assegurar que a utilização da capacidade esteja se coadunando com a oferta prevista em todos os momentos.
- (D) que a organização pode entregar um produto de maneira oportuna e regular.
- (E) reduzir os investimentos em estoques.

**41** Temos como conceito de PCP – Planejamento e Controle da Produção, um processo utilizado

- (A) no gerenciamento das atividades de produção.
- (B) na logística dos produtos.
- (C) para controlar os estoques.
- (D) para atender a oferta.
- (E) para atender a produção, os estoques, a logística e a venda dos produtos produzidos.

**42** O seu objetivo é planejar e colocar em prática um sistema de informações para a organização com ou sem fins lucrativos. Esse é o objetivo da(das):

- (A) Contabilidade.
- (B) Empresas em geral.
- (C) Administração.
- (D) Área de compras.
- (E) Área de produção.

**43** Existe um ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores em suas funções gerenciais. Este ramo é da

- (A) administração financeira.
- (B) contabilidade administrativa.
- (C) contabilidade financeira.
- (D) contabilidade gerencial.
- (E) administração por objetivos.

**44** O sistema de informação gerencial a fim de atender seus usuários produz informações para atualizar os seguintes aspectos, **EXCETO**:

- (A) Níveis empresariais.
- (B) Ciclo administrativo.
- (C) Nível de estruturação de informações.
- (D) Administração de recursos humanos.
- (E) Níveis externos à empresa.

**45** Para o empreendedor os objetivos básicos de um negócio podem ser expressos em:

- (A) O lucro e o serviço prestado ao cliente.
- (B) A administração do seu negócio visando somente o lucro.
- (C) O lucro, o serviço prestado ao cliente e a oferta de valores econômicos desejados.
- (D) Atender somente aos anseios do empreendedor.
- (E) Na direção, na visão e na missão do negócio.

**46** A auditoria de resultados compreende os valores registrados na seguinte demonstração contábil:

- (A) Balanço Patrimonial
- (B) Demonstração do Fluxo de Caixa
- (C) Demonstração do Resultado do Exercício
- (D) Livros Contábeis
- (E) Livro de Apuração do Lucro Real

**47** A gestão pública obedece a alguns princípios. Levando em consideração os princípios orçamentários, se tem a

- (A) superestimativa da receita compromete a observância do princípio do equilíbrio.
- (B) publicação de valores globais nos demonstrativos da contabilidade pública fere o princípio da publicidade.
- (C) inclusão das operações de crédito no orçamento foi justificada pelo princípio da unidade.
- (D) existência de fundos permite tornar o orçamento compatível com o princípio da não-vinculação.

(E) superestimativa da receita compromete a observância do princípio da totalidade.

48 A receita orçamentária decorrente de um empréstimo tomado pelo governo é classificada na sub categoria econômica:

- (A) Receita patrimonial.
- (B) Transferência de empréstimo.
- (C) Operações de crédito.
- (D) Amortizações de empréstimos.
- (E) Despesa patrimonial.

49 A despesa orçamentária é constituída por três estágios: empenho, liquidação e pagamento. O estágio da liquidação é aquele em que

- (A) se verifica o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (B) o credor comparece diante do agente pagador, identifica-se, recebe seu crédito e dá a competente quitação.
- (C) é procedida a licitação da despesa com o objetivo de verificar, entre os vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas.
- (D) através de ato emanado de autoridade competente, é criado para o Poder Público uma obrigação de pagamento.
- (E) se verifica o direito adquirido pelo devedor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

50 A CRFB/ 88, em seu artigo 165, nos informa que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- (A) I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais.
- (B) I- o plano plurianual; II – as diretrizes da educação; III – os orçamentos semestrais.
- (C) I – as orçamentárias; II – as diretrizes sociais; III – os orçamentos trimestrais.
- (D) I – o plano plurianual; II – as diretrizes da infraestrutura; III – os orçamentos anuais.
- (E) I – o plano plurianual; II – as diretrizes do meio ambiente; III – os orçamentos anuais.

51 De acordo com a CRFB/88, a norma que deve dispor sobre finanças públicas e sobre fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, é:

- (A) Lei delegada.
- (B) Resolução do senado federal.
- (C) Resolução da câmara dos deputados.
- (D) Lei complementar.
- (E) Lei ordinária.

52 Quando a CRFB/88, trata de finanças públicas, é vedado (a)

- (A) o início de programas ou projetos incluídos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) a realização de receita ou assunção de direitos que não excedam os créditos orçamentários.
- (C) a concessão ou utilização de créditos limitados.
- (D) a instituição de fundos de qualquer natureza, com prévia autorização legislativa.
- (E) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

53 Os princípios de rendimentos **NÃO** preconizados por Chiavenato são os seguintes:

- (A) Oferecer orientação e supervisão competentes.
- (B) Impor honestidade nos acordos, ou seja, justiça social no trabalho.
- (C) Manter registros precisos, imediatos e adequados.
- (D) Oferecer remuneração proporcional ao trabalho.
- (E) Fixar normas individualizadas para as condições de trabalho.

54 Para Chiavenato, o conceito de seleção de pessoal em recursos humanos é:

- (A) O homem certo para o cargo certo, visando aumentar a eficácia da organização.
- (B) O homem que tenha condições de desenvolver qualquer trabalho.
- (C) O homem que possa solucionar vários problemas na organização.
- (D) O homem que seja especialista.
- (E) O homem que seja generalista.

**55** Entende-se por modelo de gestão de pessoas:

- (A) O desempenho que se espera das pessoas no trabalho.
- (B) O destaque pessoal que cada um tem dentro da estrutura elaborada para o setor de rh da empresa.
- (C) A maneira pela qual uma empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho.
- (D) A forma pela qual a empresa exige a conduta de seu recurso humano.
- (E) A forma pela qual a empresa avalia a conduta do seu recurso humano.

**56** Grande parte das organizações promovem o recrutamento interno, que é um processo que ocorre dentro do setor de recursos humanos. Uma das vantagens desse processo é que

- (A) exige potencial desenvolvimento dos funcionários.
- (B) pode gerar conflitos de interesses entre os funcionários.
- (C) oportuniza o cadastramento de candidatos às vagas.
- (D) gera facilidade para os candidatos às vagas.
- (E) gera mais economia para a organização.

**57** O plano plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de médio prazo de ações governamentais. Um dos seus objetivos é

- (A) ter vigência no 1º ano de um mandato até o final do 1º ano do mandato seguinte.
- (B) ter vigência ao longo de um período de três anos.
- (C) possibilitar que a alocação de recursos nos orçamentos anuais seja coerente com as diretrizes e metas do plano.
- (D) ter vigência ao longo de um período de dois anos.
- (E) atender as necessidades da coletividade por um período de 360 dias.

**58** Nos territórios federais divididos em municípios, a competência para criar impostos estaduais e municipais é, respectivamente,

- (A) do Distrito Federal e dos Estados.
- (B) da União e do Distrito Federal.
- (C) da União e dos Municípios.
- (D) dos Estados e dos Municípios.
- (E) do Território e dos Municípios.

**59** A destinação do produto da arrecadação, à luz da CRFB/88, é

- (A) irrelevante.
- (B) relevante, em se tratando de impostos municipais.
- (C) relevante, em se tratando de taxas do poder de polícia.
- (D) relevante, em se tratando de contribuição de melhoria.
- (E) relevante, em se tratando de empréstimo compulsório.

**60** O remetente, quanto aos tributos relativos aos bens remidos, é:

- (A) Contribuinte
- (B) Solidariamente responsável
- (C) Substituto tributário
- (D) Terceiro responsável
- (E) Pessoalmente responsável

**61** A política fiscal recente caracteriza-se pela

- (A) continuidade da trajetória de redução gradual do déficit primário para o setor público consolidado.
- (B) continuidade da trajetória do aumento gradual do déficit primário para o setor público consolidado.
- (C) continuidade do aumento absurdo da carga tributária.
- (D) descontinuidade do aumento absurdo da carga tributária.
- (E) igualdade das tarifas internacionais, para desenvolver a paridade dos tributos mundiais.

**62** A dívida pública líquida tem o seguinte conceito:

- (A) É a dívida do setor público não financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro, público e privado, o setor privado não financeiro e o resto do mundo.
- (B) É a dívida pública bruta menos a soma dos créditos do setor público não financeiro e do Banco Central.
- (C) É o somatório de todas as dívidas do país, incluindo a dívida externa.
- (D) É o somatório de todas as dívidas do país, excluindo a dívida externa.
- (E) É o somatório de todas as receitas do país menos o PIB líquido.

**63** Com relação à Avaliação de Desempenho dos Sistemas de Informação, ratifique a opção **INCORRETA** que não configura como um dos seus indicadores:

- (A) Satisfação dos usuários.
- (B) Quantidade dos computadores instalados.
- (C) Utilização generalizada.
- (D) Áreas de aplicação.
- (E) Rentabilidade.

**64** Baseado no conceito de Sistema de Informação, a opção que **NÃO** configura como um dos seus conceitos característicos é a seguinte:

- (A) O sistema de informação é um conjunto formal de procedimentos, normas e registros para gerar, analisar, armazenar e distribuir as informações às pessoas responsáveis pela tomada de decisões.
- (B) Os três principais papéis dos sistemas de informação envolvem o apoio às operações, à tomada de decisão gerencial e à vantagem estratégica.
- (C) A definição do mix de produtos de cada loja, bem como o layout mais indicado, com apoio da informação também podem ser caminhos importantes para o aumento das vendas e fidelização dos clientes.
- (D) O sistema de informação concede aos gestores um acesso adequado a inúmeras informações para seu desempenho à frente de um negócio ou mesmo de um setor dentro da organização.
- (E) Por mais que os sistemas de informação analisem números, armazenem e recuperem informações, esses sistemas ainda carecem de programação para considerar, fazer deduções e recomendar até determinadas posições possíveis de serem assumidas pelos gerentes.

**65** Sobre característica de um sistema de informação gerencial, a opção que **NÃO** se configura como uma das suas possibilidades é:

- (A) O sistema de informação é um conjunto formal de procedimentos, normas e regras.
- (B) A sabedoria é o conjunto de ferramentas conceituais e categorias usadas pelos seres humanos, para criar, coleccionar, armazenar e compartilhar a informação.
- (C) A informação é um dos recursos a serem administrados pela organização.
- (D) O dado pode ter vários formatos.

(E) A etapa inicial de qualquer busca por informações para uma tomada de decisão é a definição do problema decisório a ser enfrentado e que necessita de uma ação por parte do gestor.

